

PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Projeto: PAISAGENS SUSTENTÁVEIS DA AMAZÔNIA - BRASIL

[Amazon Sustainable Landscapes Child Project – P158000 and Additional Financing – P171257]

Brasília, 03 de fevereiro de 2020

Sumário

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO E DESCRIÇÃO DO PROJETO..... | 3 |
| 2. POLÍTICAS E REQUISITOS..... | 9 |
| 3. RESUMO DAS ATIVIDADES ANTERIORES DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS.... | 10 |
| 4. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS | 13 |
| 5. PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | 17 |
| 6. PROCESSO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS E PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA..... | 19 |
| 7. RECURSOS E RESPONSABILIDADES..... | 22 |
| 8. PROCEDIMENTOS PARA O RECEBIMENTO E REGISTRO DE, E RESPOSTA A, QUEIXAS E SUGESTÕES..... | 22 |
| 9. MONITORAMENTO E RELATORIA..... | 26 |
| ANEXO I | 28 |
| Lista preliminar de partes interessadas relacionadas ao projeto | 28 |
| ANEXO II | 32 |
| Documento de composição do Conselho Gestor de UC..... | 32 |

Versão Preliminar para Consulta Pública

1. INTRODUÇÃO E DESCRIÇÃO DO PROJETO

Em dezembro de 2017, o projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia – ASL Brasil – Fase 1, foi aprovado como parte do Programa “*Amazon Sustainable Landscapes*” (ASL), com a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, e o Fundo Brasileiro de Biodiversidade (FUNBIO) e a Conservação Internacional - Brasil (CI-Brasil) como agências executoras. O Programa se desenvolve no âmbito do *Global Environment Facility* (GEF) e consiste de quatro projetos nacionais (denominados “*child projects*”) – Brasil (1), Colômbia (1) e Peru (2) – e um quinto projeto desenhado para fomentar colaborações regionais na Amazônia. O Objetivo Global da fase 1 do projeto ASL Brasil é expandir a área sob proteção legal e melhorar o manejo de Unidades de Conservação, e aumentar a área sob restauração e manejo sustentável na Amazônia brasileira.

Dada a complexidade de trazer as mudanças de paradigma e as mudanças comportamentais relacionadas ao gerenciamento bem-sucedido de áreas protegidas e ao fomento da economia sustentável baseada em florestas, uma abordagem de longo prazo é fundamental. Por isso está sendo preparada a segunda fase do projeto, doravante chamada ASL Brasil – Fase 2, ao mesmo tempo em que se implementa a primeira fase. A segunda fase do projeto terá um período de sobreposição com a fase 1 e prolongará a implementação do projeto, após o encerramento da primeira fase, até 2026.

A segunda fase, cuja nota conceitual já foi aprovada pelo GEF se justifica, ainda, em função de: (a) o ciclo de implementação de algumas das políticas públicas apoiadas se estende além do período de implementação de seis anos da fase I (LPVN; NDC, Lei para a Gestão Florestas Públicas e Proveg); (b) o apoio à consolidação de cadeias de valor pré-existent (não-madeireiras e pesqueiras) em conjunto com os estados também requer uma abordagem de longo prazo e a expansão dessa abordagem para novas áreas geográficas; (c) a implementação de uma economia florestal permanente requer a inclusão de algumas novas áreas de ação, especialmente pesquisa e desenvolvimento de novos produtos para agregar valor às cadeias de valor sustentáveis preexistentes e identificar e fomentar o surgimento de novos valores favoráveis à biodiversidade e (d) mobilizar recursos financeiros privados (investimento de impacto) para apoiar abordagens integradas de gestão da paisagem com a adoção de práticas agrícolas sustentáveis e conservação / recuperação das Reservas Legais (RL) e Áreas de Proteção Permanente (APP).

As atividades do projeto em relação às áreas protegidas, também serão ampliadas no ASL Brasil - Fase 2, incluindo: 1) o apoio para unidades de conservação que não fazem parte do programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA. O objetivo desta alteração é apoiar unidades que até o momento contaram com menos apoio para a consolidação da sua gestão; 2) fortalecimento de mecanismos de governança das áreas

40 protegidas em nível regional, por meio do fortalecimento da gestão de reservas da
41 biosfera, mosaicos e sítios Ramsar, que envolvem mais de uma unidade de conservação
42 e seu entorno. Nessa Fase 2 serão concentrados esforços na consolidação e gestão de
43 unidades existentes e nos arranjos inovadores de gestão integrada de paisagem, não
44 apoiando atividades de novas criação de unidades de conservação.

45 Além da necessidade de assegurar a resiliência a longo prazo das unidades de
46 conservação, há também algumas novas áreas importantes a serem abordadas. Neste
47 sentido, destaca-se o fortalecimento da conectividade no nível da paisagem. Houve
48 esforços significativos para estabelecer e proteger ecossistemas importantes, no
49 entanto, algumas dessas áreas protegidas ficam isoladas em uma paisagem
50 fragmentada e degradada, enquanto outras estão ameaçadas pela proximidade com a
51 fronteira de conversão da agricultura. A conexão e gestão dessas áreas protegidas,
52 juntamente com as regiões produtivas vizinhas, em uma abordagem integrada e
53 sustentável da paisagem, resolverá uma lacuna importante, auxiliando na viabilidade
54 ecológica de espécies e habitats na Amazônia.

55 Outra estratégia que será fortalecida nessa segunda fase do projeto será a
56 promoção de ações para a estruturação e promoção do uso sustentável da
57 biodiversidade, entendendo que a consolidação e o fortalecimento de cadeias
58 produtivas sustentáveis possuem também um papel de grande relevância na estratégia
59 de conservação dos ecossistemas, promovendo o desenvolvimento socioeconômico da
60 região.

61 O Projeto ASL Brasil - Fase 2 congrega mais de duas décadas de trabalhos de
62 fortalecimento das ações de conservação da biodiversidade, redução das taxas de
63 desmatamento e melhoria dos modos de vida das comunidades amazônicas locais. Este
64 projeto será o quarto a ser apoiado pelo GEF/Banco Mundial, começando com o
65 Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA I (P058503) de 1998, seguido por uma
66 segunda fase, ARPA II (P114810), em 2012, e em 2017 pelo ASL – Fase 1 (P158000).

67 O Objetivo Global do ASL Brasil Fase 2 continua o mesmo da fase 1, qual seja
68 “Expansão da Áreas sob Proteção Legal e Melhoria na Gestão de Áreas Protegidas, como
69 também aumentar a área sob restauração e manejo sustentável na Amazônia brasileira”
70 Dentro deste objetivo a fase 2 visa promover a gestão integrada da paisagem e a
71 conservação de ecossistemas terrestres e de água doce em áreas específicas, a fim de
72 melhorar o manejo e a conectividade de Áreas Protegidas na Região Amazônica.

73 Para cumprir com os seus objetivos, o projeto está estruturado em quatro componentes,
74 que são os mesmos para as duas fases. Abaixo um quadro comparativo das ações, que
75 descreve as diferenças entre as Fases 1 e 2:

76

77

| Projeto Atual (Fase 1) | Proposta de Financiamento Adicional (Fase 2) |
|---|--|
| <p>Componente 1 – Sistema de Áreas Protegidas da Amazônia</p> <p>Fortalecer a gestão e o financiamento sustentável das áreas protegidas do Programa ARPA por meio de:</p> <p>(a) expansão da área protegida pelo Programa ARPA em 3 milhões de ha</p> <p>(b) fortalecimento da consolidação e melhoria da eficácia da administração de 60 milhões de ha de UCs novas e existentes apoiadas por ARPA</p> <p>(c) fortalecer a coordenação, gestão, monitoramento e comunicação do Programa ARPA; e</p> <p>(d) desenvolvimento e implementação de estratégias para aumentar os recursos adicionais do Fundo de Transição ARPA.</p> | <p>Componente 1 – Sistema de Áreas Protegidas da Amazônia</p> <p>Consolidar e fortalecer áreas sob proteção fora do Programa ARPA e identificar e fortalecer os mecanismos de governança relacionados:</p> <p>(a) melhorar a gestão das áreas protegidas;</p> <p>(b) ajudar a definir critérios e identificar Outras Medidas Eficientes de Conservação Baseadas em Áreas (OMECS);</p> <p>(c) identificar modelos de financiamento sustentável das áreas protegidas e das OECMs;</p> <p>(d) fortalecer a governança integrada e compartilhada das paisagens e a conectividade ecológica; e</p> <p>(e) promover a conservação de espécies ameaçadas, definidas nas Portarias MMA nº 443/2014 (Listas das espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção), nº 444/2014 (Lista das espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção) e 445/2015 (Lista das espécies de invertebrados aquáticos e peixes ameaçados de extinção), e o controle de espécies exóticas invasoras nas UCs;</p> <p>(f) As áreas de foco incluem mosaicos, reservas da biosfera e sítios Ramsar.</p> |
| <p>Componente 2 – Gestão Integrada da Paisagem</p> <p>Propriedades rurais e áreas protegidas de uso sustentável que adotam práticas sustentáveis de gestão integrada da terra por meio de:</p> <p>a) desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;</p> <p>(b) consolidação de cadeias produtivas de valor;</p> <p>(c) melhorar as cadeias de valor para a recuperação da vegetação nativa; e</p> | <p>Componente 2 – Gestão Integrada da Paisagem</p> <p>Ampliar o escopo geográfico e expandir as intervenções existentes para:</p> <p>(a) promover a recuperação da vegetação nativa e sua biodiversidade, especialmente em áreas-chave para espécies ameaçadas, promovendo seu uso sustentável e o controle de espécies exóticas invasoras;</p> <p>(b) desenvolver sistemas de produção sustentáveis; e</p> <p>(c) fortalecer e diversificar cadeias de valor sustentáveis ligadas à pesca</p> |

| | |
|--|--|
| <p>(d) fortalecer a gestão integrada das UCs.</p> | <p>madeira/não madeira, priorizando a biodiversidade nativa; (d) promover a conservação de espécies e ecossistemas aquáticos. As abordagens promoverão práticas que melhoram os meios de subsistência e a conectividade e resiliência ecológica no nível da paisagem.</p> |
| <p>Componente 3 - Políticas para a Proteção e Recuperação da Vegetação Nativa</p> <p>Fortalecer a capacidade dos governos nacionais e estaduais de desenvolver e implementar políticas setoriais e mecanismos financeiros com vistas a reduzir o desmatamento e promover a recuperação florestal. As atividades se concentram em três áreas principais: (a) fortalecer a implementação dos principais instrumentos legais de recuperação florestal; (b) melhorar a capacidade de monitoramento de restauração florestal; e (c) melhorar os incentivos financeiros para os agricultores investirem em atividades de restauração.</p> | <p>Componente 3 – Políticas Públicas para promoção da gestão integrada da paisagem, conservação e recuperação da vegetação nativa</p> <p>Promover maior proteção e recuperação da vegetação nativa, expandindo os esforços em andamento e explorando novas áreas temáticas para aprimorar a conectividade no nível da paisagem e o gerenciamento integrado: (a) fortalecer a capacidade de desenvolver, implementar e monitorar políticas setoriais e mecanismos financeiros para reduzir o desmatamento e promover a recuperação florestal; (b) melhorar o conhecimento e enfrentar as lacunas políticas relacionadas com a economia florestal sustentável (por exemplo, produtos / cadeias de valor inovadores, modelos de financiamento combinados); (c) promover um ambiente propício à coordenação com outros países amazônicos em torno de preocupações comuns; e (d) fortalecer a implementação de políticas para conservação de espécies ameaçadas e prevenção/ controle de espécies exóticas invasoras.</p> |
| <p>Componente 4 – Capacitação, Cooperação e Coordenação do projeto</p> <p>Melhorar a capacidade brasileira de implementação e colaboração para aumentar o impacto do projeto, maior conformidade com os compromissos internacionais e promover a</p> | <p>Componente 4 – Capacitação, Cooperação e Coordenação do projeto</p> <p>Ampliar os esforços existentes para melhorar a capacidade de implementação e colaboração das partes interessadas, cumprir ainda mais os compromissos internacionais e promover a implementação eficaz e eficiente do</p> |

| | |
|---|--|
| <p>implementação eficaz e eficiente do projeto por meio de:</p> <p>(a) apoiar a participação das partes interessadas brasileiras nos esforços de troca de conhecimento;</p> <p>(b) explorar oportunidades para fortalecer a gestão ambiental colaborativa com o Peru e a Colômbia;</p> <p>(c) desenvolvimento e implementação de programas de treinamento, seminários e estágios internacionais curtos;</p> <p>(d) sistematizar as lições aprendidas; e</p> <p>(e) implementar um sistema para garantir uma implementação eficaz.</p> | <p>projeto como parte do programa regional expandido da ASL, incluindo agora 7 países participantes, através de:</p> <p>a) aumentar da participação no intercâmbio regional de conhecimentos;</p> <p>(b) aumentar a capacidade de implementação;</p> <p>(c) continuar a sistematizar as lições aprendidas; e</p> <p>(d) continuar a garantir uma implementação eficaz.</p> |
|---|--|

79

80 ➤ Componente 1 – Sistema de Áreas Protegidas da Amazônia:

81 Melhorar a eficácia da gestão das unidades de conservação (UCs) existentes e não
82 contempladas pelo programa ARPA. Implementar práticas inovadoras de manejo,
83 ferramentas aperfeiçoadas de planejamento, abordagens de gestão participativa,
84 monitoramento da biodiversidade in situ e financiamento sustentável em UCs e seu
85 entorno; e Fortalecimento da governança ambiental, integrada e compartilhada para
86 paisagens e conectividade ecológica, com foco em arranjos de gestão tais como
87 mosaicos de AP, sítios do patrimônio mundial, sítios Ramsar e reservas da biosfera.

88 As atividades apoiadas neste componente podem incluir, entre outros: a) revitalizar,
89 criar e fortalecer sistemas e ferramentas de planejamento e gestão do território; b)
90 instalar e aprimorar estruturas de governança do território; c) estabelecer, avaliar e
91 implementar ações já previstas nos planos de ação dos instrumentos de gestão
92 integrada; d) elaborar planejamento nacional para sintonização das atividades locais
93 com orientações nacionais; e) realizar intercâmbios de conhecimento e capacitações,
94 em especial na temática de governança e processos de gestão; f) promover a integração
95 e compatibilização de ações no território, incluindo os distintos instrumentos de gestão
96 e as áreas protegidas; g) elaborar planejamentos estratégicos, planos de negócios,
97 estratégias de captação de recursos e de criação de oportunidades para
98 sustentabilidade financeira no âmbito regional, podendo incluir iniciativas relacionadas
99 a selos de origem; i) elaborar e implementar planos de ecoturismo e de uso público
100 regionais; j) elaborar diagnósticos e publicações de boas práticas e lições aprendidas; k)
101 incentivar a integração entre os conselhos gestores das áreas protegidas, as instâncias
102 de governança dos instrumentos de gestão integrada e outros colegiados relacionados
103 à conservação e uso sustentável da biodiversidade nos níveis locais e regionais; l)
104 divulgar a importância dos instrumentos de gestão integrada e da conservação da
105 biodiversidade no nível regional; m) identificar, mapear e valorar os serviços

106 ecossistêmicos do território, especialmente dos sítios Ramsar regionais do Rio Negro e
107 do Rio Juruá e n)) promover a conservação de espécies ameaçadas e o controle de
108 espécies exóticas invasoras nas UCs.

109

110 ➤ Componente 2 – Gestão integrada da Paisagem:

111 Ampliar as atuais intervenções do projeto ASL Brasil para promover o manejo
112 integrado da paisagem por meio de estratégias complementares que: (a) fomentem a
113 recuperação da vegetação nativa; (b) desenvolvam sistemas de produção sustentáveis
114 (sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, agroflorestas, etc.); e (c) fortaleçam
115 cadeias de valor sustentáveis (madeira, não madeireira e pesca).

116 As atividades apoiadas neste componente podem incluir, entre outras: (a) estruturar
117 uma estratégia para aumentar a escala da recuperação na Amazônia; b) elaborar
118 modelagens espaciais para priorizar áreas e otimizar o custo-efetividade de ações de
119 recuperação; c) estruturar viveiros, redes de sementes, áreas de coletas de sementes
120 em áreas que ainda não possuem essas estruturas; (d) identificação de novos produtos
121 e cadeias em potencial, inclusive de recursos de biodiversidade aquática, restringindo o
122 uso de espécies exóticas; (e) análise de todas as etapas e atores ao longo da cadeia de
123 valor (do produtor, passando pelo intermediário, até o mercado); (f) desenvolvimento
124 de novos modelos de negócios que promovam uma distribuição mais equitativa dos
125 benefícios em nível local ou até considerem efeitos colaterais que geram conservação
126 de espécies ameaçadas que ocorrem na área; h) elaborar planos e implementar ações
127 de conservação de espécies ameaçadas e controle de espécies invasoras em
128 ecossistemas terrestres e aquáticos d) realizar capacitações temáticas com as partes
129 interessadas.

130

131 ➤ Componente 3 – Políticas Públicas para promoção da gestão integrada da paisagem,
132 conservação e recuperação da vegetação nativa:

133 Fortalecer a capacidade dos governos nacionais e estaduais para desenvolver e
134 implementar políticas setoriais e mecanismos financeiros com vistas a reduzir o
135 desmatamento, promover novas cadeias de valor, aumentar o capital de investimento
136 de impacto privado e promover a recuperação florestal.

137 As atividades apoiadas neste componente podem incluir, entre outras: (a) apoiar a
138 implementação do módulo de análise dinâmico do Cadastro Ambiental Rural - CAR
139 nos estados; b) realizar oficinas de trabalho para definir estratégias de implantação dos
140 Programas de Regularização Ambiental - PRA e para garantir sua implementação em
141 campo; c) promover capacitações e contratações para apoiar os estados na
142 implementação das ações de recuperação, como o Projetos de Recuperação de Áreas
143 Degradadas - PRADAs; d) consultorias para realizar as modelagens para estratégia de
144 recuperação na Amazônia (priorização de áreas de restauração, valor da conservação
145 em áreas privadas, potencial de regeneração natural, etc); e) realizar oficinas de
146 trabalho para definir critérios e a melhor forma de adoção dessas bases de dados

147 geradas; f) workshops e estudos de sistematização das ações de monitoramento da
148 recuperação já em andamento; g) integração dessas bases de dados e protocolos ao
149 SICAR ; h) aperfeiçoar e ampliar o acesso aos mecanismos de incentivo financeiro
150 existentes que podem ser utilizados para ações de restauração e/ou na promoção de
151 arranjos produtivos sustentáveis, como estudos e subsídios para pagamento por
152 serviços ambientais e promoção de novas cadeias de produtos florestais ;

153

154 ➤ Componente 4 – Capacitação, Cooperação e Coordenação do projeto:

155 Melhorar a implementação e a capacidade de colaboração das partes interessadas
156 brasileiras para aumentar o impacto do projeto, o cumprimento dos compromissos
157 internacionais e promover a implementação eficaz e eficiente do projeto.

158 O Projeto, em sua fase 2, continuará a ser Coordenado pelo Ministério do Meio
159 Ambiente em parceria com as agências executoras, a serem posteriormente definidas.
160 A Secretaria de Biodiversidade do MMA (SBio) continuará exercendo a coordenação
161 institucional necessária para implementar as atividades do projeto. O Comitê
162 Operacional do Projeto (COP), instituído como um órgão executivo e de tomada de
163 decisão, presidido pelo MMA e composto por representantes das principais agências
164 implementadoras e executoras, supervisionará a implementação desta segunda fase,
165 com base nas lições da atual. O Arranjo de governança está detalhado no Plano de
166 Engajamento das Partes Interessadas.

167 As atividades apoiadas neste componente podem incluir, entre outras: a) promover
168 programas de treinamento, seminários e estágios internacionais ; b) participar da
169 plataforma de intercâmbio de conhecimentos e dos eventos do programa regional
170 sobre paisagens sustentáveis da Amazônia, que envolve projetos de 7 países da América
171 do Sul (Brasil, Peru, Colômbia, Equador, Bolívia, Venezuela e Guiana) ; c) promover
172 atividades de coordenação visando comunicação, planejamento, gerenciamento,
173 suporte técnico e monitoramento da implementação ; d) elaborar diretrizes e relatórios
174 sobre as lições aprendidas elaboradas e divulgadas ; e) desenvolver estratégia de
175 comunicação, incluindo a produção e disseminação de materiais de divulgação ; apoiar
176 o funcionamento das instâncias de gestão do projeto, quais sejam o Comitê Operacional,
177 órgão de decisão do projeto e o Conselho Consultivo, responsável pela orientação
178 técnica e política.

179 A área geográfica de intervenção do projeto será a mesma da fase 1 para os
180 componentes 2 e 3. No componente 1 esta área será expandida para incorporar a região
181 da Reserva da Biosfera da Amazônia Central e o Sítio Ramsar Regional do Rio Negro.

182

183 **2. POLÍTICAS E REQUISITOS**

184 Este Plano de Engajamento das Partes Interessadas busca atender a política do GEF
185 sobre *Stakeholder Engagement* (GEF/C.53/05/Rev.01) bem como seguir as boas práticas

186 preconizadas pelas Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial (*Environmental and*
187 *Social Standards - ESS10: Stakeholder Engagement and Information Disclosure*), embora
188 esse projeto ainda seja regido pela estrutura anterior das Políticas Operacionais de
189 Salvaguardas do Banco Mundial. Tanto o GEF como o Banco Mundial (Agência
190 Implementadora do projeto ASL Brasil) reconhecem a importância do engajamento
191 efetivo das partes interessadas como uma maneira de "aumentar a transparência,
192 responsabilidade, integridade, eficácia e sustentabilidade" dos projetos. Além disso,
193 entendem que este plano "promove a apropriação do país, estabelecendo parcerias
194 mais fortes, particularmente com a sociedade civil, os povos indígenas, as comunidades
195 e o setor privado, e aproveitando o conhecimento, a experiência e as capacidades dos
196 indivíduos e grupos afetados e interessados". Desse modo, o Plano de Engajamento das
197 Partes Interessadas visa envolver as partes interessadas em um processo inclusivo,
198 durante todo o ciclo de vida do projeto.

199

200 **3. RESUMO DAS ATIVIDADES ANTERIORES DE ENGAJAMENTO DAS PARTES** 201 **INTERESSADAS**

202 Durante a fase 1 do projeto, no intuito de incentivar a sociedade e todas as partes
203 interessadas, incluindo os povos e comunidades tradicionais e indígenas, a contribuir
204 para a elaboração da proposta de projeto e sua implementação, foram realizadas
205 diversas ações com o intuito de engajar as partes interessadas.

206 Já durante o processo de elaboração do projeto, foram realizadas três instâncias de
207 consulta pública sobre os documentos de salvaguardas e sobre as diretrizes gerais do
208 projeto, que envolveram diversas partes interessadas.

209 (1) Uma consulta pública em formato virtual, com a disponibilização dos
210 documentos e formulário na página do MMA e de parceiros do projeto.

211 (2) Uma primeira consulta pública presencial, realizada em Manaus, Amazonas, no
212 dia 30 de maio de 2017 no anexo da Assembleia Legislativa do Estado do
213 Amazonas, com objetivo de delinear os principais procedimentos a serem
214 seguidos pelo projeto bem como identificar as medidas preventivas e
215 mitigadoras dos potenciais impactos negativos e elaborar as medidas para
216 potencializar ou intensificar os impactos positivos. A consulta contou com 57
217 participantes representando entidades dos governos federal e estaduais, ONGs
218 e representantes de povos tradicionais.

219 (3) Uma segunda consulta pública presencial foi realizada em Rio Branco, Acre, no
220 dia 01 de agosto de 2017 no Auditório da Procuradoria Geral do Estado, com
221 objetivo de delinear os principais procedimentos a serem seguidos pelo projeto
222 bem como identificar as medidas preventivas e mitigadoras dos potenciais
223 impactos negativos e elaborar as medidas para potencializar ou intensificar os
224 impactos positivos. A ênfase nessa consulta foi dada ao Marco de Políticas com
225 Povos Indígenas, já que houve uma presença majoritária de participantes
226 indígenas no evento. A consulta contou com 32 participantes, sendo 18
227 indígenas, provenientes de 6 etnias e 10 terras indígenas distintas.

228 A versão dos documentos modificados após as consultas (Marco de Gestão
229 Socioambiental; Marco de Políticas de Povos Indígenas; Matriz de Processos) e o registro
230 desses encontros são documentos públicos e estão disponíveis na página eletrônica do
231 Programa ARPA (<http://programaarpa.gov.br/documentos-fase-iii-do-arpa/>) e na página do
232 projeto no site da CI-Brasil ([https://www.conservation.org/brasil/iniciativas-](https://www.conservation.org/brasil/iniciativas-atuais/paisagens-sustentaveis-da-amazonia)
233 [atuais/paisagens-sustentaveis-da-amazonia](https://www.conservation.org/brasil/iniciativas-atuais/paisagens-sustentaveis-da-amazonia)).

234 Durante a implementação do projeto, no nível da gestão do projeto, o envolvimento das
235 partes interessadas ocorreu em diversas frentes.

236 - Foram firmados Acordos de Cooperação entre as agências executoras do projeto (CI-
237 Brasil e FUNBIO) o MMA e todas as Unidades Operativas do Projeto (Todos os estados
238 da Amazônia, ICMBio e SFB). Nesses acordos de cooperação foram estabelecidas as
239 responsabilidades das partes bem como o Plano de Trabalho com as ações previstas.

240 - O Comitê Operacional do Projeto (COP), instituído como um órgão executivo e de
241 tomada de decisão, presidido pelo MMA realizou uma reunião. Este comitê é composto
242 por representantes da agência implementadora, das agências executoras, das Unidades
243 Operativas e de diversos setores do MMA. Sua função é supervisionar a implementação
244 do projeto, aprovar os Planejamentos Operacionais e pensar estratégias para melhorar
245 a execução e o impacto do projeto.

246 - O Conselho Consultivo do Projeto (CC) teve a definição das entidades da sociedade civil
247 que irão acompanhar seus trabalhos. Após uma consulta à Aliança para a Restauração
248 da Amazônia, que é uma plataforma que envolve o setor público, privado, academia e
249 terceiro setor, e a definição conjunta de critérios para a escolha de entidades, foi
250 definido que as cadeiras de instituição da sociedade civil seriam ocupadas pelo Instituto
251 de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e pelo Instituto de Conservação e
252 Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM). Até o momento não foi possível
253 realizar reunião do conselho consultivo do projeto mas está prevista a realização de uma
254 reunião para o ano de 2020.

255 - Além disso, foram realizadas três missões de supervisão do Banco Mundial. No arranjo
256 do projeto, ficou decidido que essas reuniões ocorreriam nos estados da Amazônia e
257 que teriam a função de acompanhar a execução do projeto bem como os avanços dos
258 indicadores e os desafios encontrados durante a execução. Essas missões contam com
259 a participação de 2 representantes de cada uma das Unidades Operativas, bem como os
260 representantes da agência implementadora, das agências executoras e do MMA.

261 - As reuniões de planejamento das atividades do projeto ocorreram de maneira
262 participativa com a realização de oficinas em todos os estados e na sede dos órgãos
263 federais (ICMbio e IBAMA) e sempre contou com a participação dos atores responsáveis
264 pelas atividades a serem planejadas. Foram duas rodadas de planejamento até o
265 momento realizadas com seis parceiros o que totalizou o mínimo de 12 reuniões com
266 parceiros para tratar do planejamento das atividades a serem executadas.

267 Já durante a execução das atividades em nível operacional, o envolvimento das partes
268 interessadas também ocorreu por meio de processos participativos de condução das
269 ações, como nos exemplos citados abaixo.

270 - Os acordos de pesca comunitários têm como diretriz a representação dos interesses
271 coletivos das pessoas que pescam na área em que o acordo foi feito, como pescadores
272 comerciais, de subsistência e ribeirinhos. Além disso, sua elaboração deve ser mediante
273 processos de tomada de decisões transparentes e participativos. Atualmente estão em
274 processo de elaboração, com o apoio dos recursos de doação da fase 1, cinco novos
275 Acordos de Pesca no estado do Amazonas (Foz de Tapauá, Entorno da Floresta Estadual
276 de Canutama, Entorno da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Piagaçu Purus,
277 Rio Tupana e RDS Puranga Conquista), que irão beneficiar 34 comunidades, 698 famílias
278 e 1.916 pescadores.

279 Para a construção destes Acordos é necessário seguir as recomendações da
280 Instrução Normativa SDS-03, de 02 de maio de 2011, que sugere: mobilização e
281 sensibilização das partes interessadas, zoneamento dos ambientes aquáticos,
282 elaboração das regras de uso, formação do Comitê Condutor e
283 vigilância/monitoramento da área do Acordo de Pesca. Ou seja a participação e
284 engajamento das partes interessadas é condição para a construção dos acordos de
285 pesca.



286



287

288

289 - As decisões sobre as ações a serem implementadas nos territórios das Unidades de
290 Conservação devem ser discutidas e definidas, via de regra, pelo conselho gestor da
291 unidade. O projeto apoiou diretamente o fortalecimento e criação de conselhos
292 gestores das UCs como um espaço de participação e engajamento. No componente 1 da
293 fase 1 do projeto (Programa ARPA) no âmbito do Marco Referencial “Gestão
294 Participativa”, foi dado apoio à formação, manutenção e renovação dos Conselhos
295 Deliberativos (para Unidades de Conservação de uso sustentável) e dos Conselhos
296 Consultivos (para Unidades de Conservação de proteção integral) em 79 UCs Grau I
297 (nível mais básico de consolidação). Além disso, outras 38 UCs Grau II (nível mais
298 avançado de consolidação) recebem apoio para as rotinas e atividades dos conselhos,
299 incluindo a capacitação e aprimoramento de seus membros, totalizando, portanto, 117
300 UCs que recebem recursos do componente 1 da fase 1 (Programa Arpa) para os
301 Conselhos gestores de UCs. Nos anos de 2018 e 2019 foram aportados R\$ 3.800.000,00
302 do programa ARPA para essas ações.

303 Um exemplo de composição e formalização de conselho gestor se encontra no anexo 2
304 deste documento.

305

306 **4. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS**

307 O objetivo deste Plano é envolver as partes interessadas do projeto (governo federal e
308 estadual, Banco Mundial, GEF, agência executora, comunidade acadêmica, centros de
309 pesquisa, ONGs, comunidades tradicionais, povos originários, produtores rurais, órgãos
310 ambientais, entre outros) para garantir que suas opiniões sejam consideradas nos
311 diferentes níveis de implementação do projeto.

312 A tabela 1 apresenta a lista de partes interessadas e sua relação com o projeto: o papel
313 que desempenha, seu interesse ou relação, e, a forma que o projeto impacta cada uma
314 das partes.

Versão Preliminar para Consulta Pública

315 Tabela 1. Partes interessadas e sua relação com o projeto*

| Parte Interessada | Atuação no projeto | Interesse e tipo de influência no projeto* | | | Efeito do projeto na Parte Interessada |
|---|--|--|----|----|---|
| | | | | | |
| Equipe de coordenação do projeto (Ministério do Meio Ambiente, Banco Mundial, Agência executoras) | Elaboração, implementação, gestão e monitoramento do projeto como um todo. Cada uma das instituições tem um papel distinto, mas o objetivo geral é garantir a boa execução do projeto e o alcance das metas e resultados de impacto. | P | | | Contribuir com a implementação de uma estratégia de conservação e uso sustentável para Amazônia |
| Unidades Operativas do Projeto (Secretarias Estaduais de Meio Ambiente dos estados da Amazônia, ICMBio, SFB, IBAMA) | Planejamento das atividades que serão implementadas em seus territórios em dentro de suas atribuições. Responsáveis por acompanhar a execução das atividades em campo e reportar o andamento dos indicadores. | | ID | | Contribuir na implementação das políticas e programas dos órgãos. Subsídios para tomada de decisão. |
| Outros setores do Ministério do Meio Ambiente com atividades relacionadas | Auxiliam na definição das linhas estratégicas do projeto em alinhamento com as políticas do órgão. | | ID | | Contribuir na implementação das políticas e programas dos órgãos. Subsídios para tomada de decisão. |
| Outros órgãos públicos com atividades relacionadas (FUNAI, MAPA, etc.) | Auxiliam na definição das linhas estratégicas do projeto em alinhamento com as políticas do órgão. Sobretudo para a questão indígena a articulação com a FUNAI é fundamental. | | ID | | Contribuir na implementação das políticas e programas dos órgãos. Subsídios para tomada de decisão. |
| GEF | Doador dos recursos do projeto | | ID | | Receber informações que subsidiem decisões para futuros projetos que podem ser apoiados |
| Gestores e Conselhos Gestores de Unidades de Conservação, Sítios RAMSAR e Reserva da Biosfera. | Auxiliam no planejamento de ações em seus territórios ou áreas de atuação. São beneficiários diretos de algumas ações do projeto. | | II | DA | Receber capacitações e apoio para a realização de atividades. |
| ONGs, Centros de Pesquisa, Academia, Associações e representações indígenas | Auxiliam em algumas ações do projeto com aportes técnicos. São beneficiários indiretos em algumas ações do projeto. | | II | IA | Receber informações que subsidiem tomada de decisão. Receber apoio difuso para ações que possuem relação com projeto. |

| Parte Interessada | Atuação no projeto | Interesse e tipo de influência no projeto* | | | Efeito do projeto na Parte Interessada |
|--|--|--|--|----|--|
| e outras partes interessadas que trabalham com temas similares na Amazônia | | | | | |
| Comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas que vivem nas áreas de atuação do projeto | São beneficiários diretos de algumas ações do projeto. São envolvidos em processos participativos na execução das atividades. | | | DA | Receber capacitações e apoio por meio das ações do projeto que serão executadas em seus territórios. |
| Proprietários rurais que vivem nas áreas de atuação do projeto | São beneficiários diretos de algumas ações do projeto. São envolvidos em processos participativos na execução das atividades. | | | DA | Receber capacitações e apoio por meio das ações do projeto que serão executadas em seus territórios. |
| População geral que vive e trabalha no bioma Amazônia | São beneficiários indiretos do projeto. Usufruem da melhoria na provisão dos serviços ecossistêmicos do bioma e promoção do desenvolvimento sustentável. | | | IA | Usufruir da melhoria na provisão dos serviços ecossistêmicos do bioma e promoção do desenvolvimento sustentável. |
| Empreendimentos voltados para produtos sustentáveis, cadeias de valor “amigas da floresta”, e outras baseadas em produtos da sociobiodiversidade da Amazônia | Auxiliam na potencialização de ações do projeto voltadas para as cadeias produtivas. São beneficiários indiretos em algumas ações do projeto. | | | IA | Receber insumos para as cadeias produtivas em condições que possam melhorar os negócios. |

316 * P= Participam na implementação e coordenação do projeto, ID= Influenciam diretamente a implementação do projeto; II = Influenciam indiretamente a implementação do projeto; DA=
317 Diretamente afetados pelos resultados do projeto; IA= Indiretamente afetados pelos resultados do projeto

318 * No anexo I é apresentada uma lista preliminar de partes interessadas relacionadas com o projeto, incluindo Instituições de extrativistas, indígenas e de povos tradicionais; cooperativas e
319 associações; organizações da sociedade civil e organizações governamentais. As instituições do anexo I estão inseridas nas categorias de partes interessadas listadas nesta tabela, tendo o
320 mesmo tipo de atuação, interesse e efeito das categorias às quais pertencem. Essa lista poderá ser complementada ao longo da implementação do projeto.
321

322

323

324 **5. PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS**

325 Em continuidade ao processo já iniciado na fase 1, durante fase 2 do projeto o
326 engajamento das partes interessadas vai ocorrer desde a fase de elaboração do projeto
327 até sua implementação.

328 Serão realizadas novas consultas públicas, com objetivo de delinear os principais
329 procedimentos a serem seguidos na implementação do projeto, bem como identificar
330 as medidas preventivas e mitigadoras dos potenciais impactos negativos e elaborar as
331 medidas para potencializar ou intensificar os impactos positivos, buscando incentivar a
332 sociedade e todas as partes interessadas, incluindo os povos e comunidades tradicionais
333 e indígenas, a contribuir para a construção dos documentos de salvaguarda do projeto.
334 Essas consultas vão ocorrer em meio digital e presencial.

335 Além disso, a estrutura de governança do projeto será mantida e com seus espaços de
336 decisão e planejamento. Dessa forma, o Comitê Operacional do Projeto será mantido
337 com alguns ajustes de representação resultantes da mudança da estrutura regimental
338 do Ministério do Meio Ambiente advinda da publicação do Decreto nº 9.672/2019. Essas
339 mudanças também serão refletidas na composição do Conselho Consultivo do Projeto.

340 A atual estrutura de governança do projeto é composta da seguinte maneira:

- 341 • Secretaria de Biodiversidade (SBio) no MMA possui uma responsabilidade geral
342 de nível político para a realização da coordenação institucional necessária para
343 implementar as atividades do projeto, enquanto o Departamento de Áreas
344 Protegidas do SBio (DAP) e Departamento de Conservação de Ecossistemas
345 (DECO) são cobrados na principal implementação do projeto e compõe a
346 Unidade de Coordenação do Projeto (UCP).
- 347 • O Comitê Operacional de Projeto (COP), é a unidade administrativa e deliberativa
348 que tem a responsabilidade de assegurar o cumprimento dos objetivos do
349 projeto, sendo presidido pela SBIO/MMA, enquanto o Conselho Consultivo (CC)
350 é a instância composta por representantes das partes governamentais e não-
351 governamentais interessadas e tem como objetivo recomendar estratégias e
352 políticas, promovendo vínculos com políticas e programas setoriais relevantes.
- 353 • Unidades Operativas (UO): ICMBio, Serviço Florestal Brasileiro e órgãos
354 estaduais ambientais que assessoram a elaboração e asseguram a execução dos
355 Planos Operativos (POs) e Planos de Aquisição e Contratação do Projeto (PACs),
356 seguindo as decisões do COP e as orientações da UCP.

357 As missões de supervisão continuarão a ocorrer semestralmente e terão o caráter de
358 acompanhamento da execução do projeto e de participação ativa dos parceiros no
359 reporte da execução física e do avanço dos indicadores do projeto.

360 Além disso, em continuação às diretrizes já seguidas durante a fase 1 do projeto, as
 361 atividades em campo que envolvam comunidades tradicionais, produtores,
 362 extrativistas, etc. serão implementadas por meio de processo participativo envolvendo
 363 os atores interessados nas fases de planejamento e implementação das ações.

364 A tabela 2 sintetiza a metodologia de engajamento para as partes interessadas,
 365 destacando também as ações que têm por objetivo alcançar grupos vulneráveis e menos
 366 favorecidos. Vale ressaltar que este Plano será implementado em conjunto com o Plano
 367 de Ação de Gênero do projeto, com objetivo de assegurar um maior equilíbrio de gênero
 368 nas ações do projeto. Além disso, também está em alinhamento com o Marco de
 369 Políticas de Povos Indígenas e o Marco de Gestão Socioambiental, para promover a
 370 inserção e o respeito aos modos de vida das comunidades tradicionais e povos
 371 originários.

372

373 *Tabela 2. Metodologia de engajamento das partes interessadas*

| Parte Interessada | Engajamento durante a implementação do projeto | Ações específicas para grupos vulneráveis |
|---|--|--|
| Equipe de coordenação do projeto (Ministério do Meio Ambiente, Banco Mundial, Agência executoras) | Reuniões periódicas bilaterais entre as partes; reuniões extraordinárias; reuniões do Comitê Operacional; missões de supervisão | NA |
| Unidades Operativas do Projeto (Secretarias Estaduais de Meio Ambiente dos estados da Amazônia, ICMBio, SFB, IBAMA) | Reuniões bilaterais entre a equipe de coordenação e as Unidades Operativas; reuniões extraordinárias; reuniões do Comitê Operacional; missões de supervisão; oficinas de planejamento dos planos operativos. | NA |
| Outros setores do Ministério do Meio Ambiente com atividades relacionadas | Reuniões bilaterais entre equipe de coordenação do projeto no MMA e demais setores; reunião do Comitê Operacional | NA |
| Outros órgãos públicos com atividades relacionadas (FUNAI, MAPA, etc.) | Reuniões bilaterais entre equipe de coordenação do projeto no MMA e demais órgãos; participação em eventos do projeto. | NA |
| GEF | Reporte de informações relevantes quando solicitado, participação em eventos. | NA |
| Gestores e Conselhos Gestores de Unidades de Conservação, Sítios RAMSAR e Reserva da Biosfera. | Disponibilização de informações (site, newsletter, folders, etc.); participação em atividades do projeto nos territórios; envolvimento no planejamento das ações; participação em capacitações, seminários, eventos. | Fomentar a maior participação de mulheres e jovens nos espaços dos conselhos bem como a representatividade das comunidades tradicionais e povos originários. |
| ONGs, Centros de Pesquisa, Academia, Associações e representações indígenas e outras partes interessadas que | Disponibilização de informações (site, newsletter, folders, etc.); participação em capacitações, seminários, eventos. | Fomentar envolvimento de entidades que desenvolvam trabalho com grupos menos favorecidos (comunidades tradicionais, povos |

| Parte Interessada | Engajamento durante a implementação do projeto | Ações específicas para grupos vulneráveis |
|--|--|--|
| trabalham com temas similares na Amazônia | | originários, mulheres, jovens, etc.) |
| Comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas que vivem nas áreas de atuação do projeto | Disponibilização de informações (site, newsletter, folders, etc.); participação em atividades do projeto nos territórios; envolvimento no planejamento das ações; participação em capacitações, seminários, eventos. | Fomentar a atuação das comunidades nas atividades de planejamento e execução das ações do projeto respeitando seu modo de vida tradicional. Fomentar ações em cadeias produtivas que envolvam o trabalho de jovens e mulheres. |
| Proprietários rurais que vivem nas áreas de atuação do projeto | Disponibilização de informações (site, newsletter, folders, etc.); participação em atividades do projeto nos territórios; envolvimento no planejamento das ações; participação em capacitações, seminários, eventos. | Fomentar o envolvimento no planejamento e execução das ações do projeto nas áreas. Fomentar ações que envolvam o trabalho de jovens e mulheres. |
| População geral que vive e trabalha no bioma Amazônia | Disponibilização de informações (site, newsletter, folders, etc.) | Disponibilização de informação em diferentes formatos para alcançar diversos públicos distintos. |
| Empreendimentos voltados para produtos sustentáveis, cadeias de valor “amigas da floresta”, e outras baseadas em produtos da sociobiodiversidade da Amazônia | Disponibilização de informações (site, newsletter, folders, etc.); participação em atividades do projeto nos territórios; participação em capacitações, seminários, eventos. | Fomentar ações que envolvam o trabalho de jovens e mulheres. Fomentar ações que promovam repartição de benefícios em cadeias de produtos relacionados ao patrimônio genético. |

374

375 6. PROCESSO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS E PROCESSO DE 376 CONSULTA PÚBLICA

377

378 Durante o processo de elaboração da Fase 1 do projeto, foram realizadas três instâncias
379 de consulta pública sobre os documentos de salvaguardas e sobre as diretrizes gerais do
380 projeto, que envolveram diversas partes interessadas:

- 381 • Uma consulta pública em formato virtual, com a disponibilização dos
382 documentos e formulário na página do MMA e de parceiros do projeto.
- 383 • Uma primeira consulta pública presencial, realizada em Manaus, Amazonas, no
384 dia 30 de maio de 2017 no anexo da Assembleia Legislativa do Estado do
385 Amazonas, com objetivo de delinear os principais procedimentos a serem
386 seguidos pelo projeto bem como identificar as medidas preventivas e
387 mitigadoras dos potenciais impactos negativos e elaborar as medidas para
388 potencializar ou intensificar os impactos positivos. A consulta contou com 57
389 participantes representando entidades dos governos federal e estaduais, ONGs
390 e representantes de povos tradicionais.

391 • Uma segunda consulta pública presencial foi realizada em Rio Branco, Acre, no
392 dia 01 de agosto de 2017 no Auditório da Procuradoria Geral do Estado, com
393 objetivo de delinear os principais procedimentos a serem seguidos pelo projeto
394 bem como identificar as medidas preventivas e mitigadoras dos potenciais
395 impactos negativos e elaborar as medidas para potencializar ou intensificar os
396 impactos positivos. A ênfase nessa consulta foi dada ao Marco de Políticas com
397 Povos Indígenas, já que houve uma presença majoritária de participantes
398 indígenas no evento. A consulta contou com 32 participantes, sendo 18
399 indígenas, provenientes de 6 etnias e 10 terras indígenas distintas.

400

401 A versão dos documentos modificados após as consultas (Marco de Gestão
402 Socioambiental; Marco de Políticas de Povos Indígenas; Matriz de Processos) e o registro
403 desses encontros são documentos públicos e estão disponíveis na página eletrônica do
404 Programa ARPA (<http://programaarpa.gov.br/documentos-fase-iii-do-arpa/>) e na
405 página do projeto no site da CI-Brasil ([https://www.conservation.org/brasil/iniciativas-](https://www.conservation.org/brasil/iniciativas-atuais/paisagens-sustentaveis-da-amazonia)
406 [atuais/paisagens-sustentaveis-da-amazonia](https://www.conservation.org/brasil/iniciativas-atuais/paisagens-sustentaveis-da-amazonia)).

407 Partindo dos resultados obtidos pelo diagnóstico socioambiental realizado no âmbito do
408 ASL Brasil fase 1 e atualizados para essa fase 2, foi elaborada proposta revisada dos
409 documentos: Marco de Gestão Socioambiental; Marco de Políticas para Povos Indígenas
410 e Marco de Processos, além de um Plano de Engajamento das partes interessadas
411 (documento que descreve todas as etapas de envolvimento das partes interessadas na
412 implementação do projeto, incluindo os processos de consulta pública e que visa
413 garantir essa participação continuada dos diferentes atores engajados no processo). No
414 intuito de incentivar a sociedade e todas as partes interessadas a contribuir para a
415 construção dos documentos de salvaguardas, será realizada um processo de consulta
416 pública e algumas oficinas de detalhamento:

417 1. Uma consulta pública em formato virtual, com a disponibilização dos
418 documentos e formulário na página do MMA e de parceiros do projeto, com a
419 definição de prazo para envio de contribuições. Esta consulta pública ficará
420 aberta online por três semanas, provavelmente entre as datas de 09 de março a
421 03 de abril de 2020.

422 2. Consultas públicas presenciais, utilizando as instâncias de governança já
423 existentes das áreas nas quais o projeto terá ações. Dentre essas instâncias estão
424 o Conselho da Reserva da Biosfera da Amazônia Central, que conta com a
425 participação de entidades representativas de várias partes interessadas do
426 projeto (indígenas, órgãos ambientais, órgãos públicos, organizações não
427 governamentais, extrativistas, etc.) e o grupo de trabalho do Sítio Ramsar
428 regional do Rio Negro, que também possui uma representação significativa das
429 partes interessadas do projeto.

430 a. As entidades representativas das comunidades indígenas que atuam na
431 região (como por exemplo, FOIRN – Federação das Organizações

- 432 indígenas do Rio Negro; COIAB – Coordenação das Organizações
 433 Indígenas da Amazônia Brasileira, entre outras) serão consultadas
 434 previamente sobre essa abordagem de utilizar as instâncias de
 435 governança já existentes para a realização das consultas públicas para
 436 verificar sua conformidade com a abordagem.
- 437 b. Essas entidades representativas das comunidades indígenas receberão
 438 os documentos com antecedência para analisar e discutir antes das
 439 reuniões dos conselhos. Esforços serão feitos para produzir materiais que
 440 facilitem o entendimento e a orientação para as contribuições nos
 441 documentos, de forma a garantir uma maior representatividade dos
 442 povos indígenas nesses espaços.
- 443 c. Além disso, caso seja necessário, o projeto poderá direcionar recursos
 444 para custear a participação das entidades indígenas nessas reuniões
 445 presenciais, de forma a garantir essa representação.
- 446 3. Além disso, o documento será enviado por e-mail para gestores de unidades de
 447 conservação na área de atuação do projeto, para que esses possam organizar
 448 consultas aos integrantes do conselho consultivos da UCs de acordo com a
 449 dinâmica de cada unidade.
- 450 4. Adicionalmente à disponibilização de informações sobre a realização da consulta
 451 à distância no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente, serão também
 452 enviados convites para que enviem suas contribuições para as instituições
 453 parceiras que já estão envolvidas com a fase 1 do projeto, incluindo instituições
 454 governamentais, da sociedade civil e de representantes de povos indígenas e
 455 comunidades tradicionais.

456 Todos os três Marcos de salvaguarda do projeto (Marco de Gestão Socioambiental,
 457 Marco de Políticas com Povos Indígenas e Marco de Processo) bem como o Plano de
 458 Engajamento das Partes Interessadas são documentos públicos e estarão disponíveis na
 459 página eletrônica do MMA e da agência executora do projeto.

460

| Documento | Forma de publicação |
|--|--|
| Marco de Gestão Socioambiental | Documento final na página eletrônica do MMA e da agência executora do projeto. |
| Marco de Políticas com Povos Indígenas | Documento final na página eletrônica do MMA e da agência executora do projeto. |
| Matriz de Processo | Documento final na página eletrônica do MMA e da agência executora do projeto. |
| Plano de Engajamento das Partes Interessadas | Documento final na página eletrônica do MMA e da agência executora do projeto. |

461

462 Os comentários recebidos, serão coletados, analisados e incorporados aos documentos
 463 para publicação final, em uma planilha que apresenta como o comentário ou demanda
 464 será abordado pelo Projeto.

465 Sugestões sobre melhores mecanismos de comunicação, recebimento e resposta de
466 sugestões e queixas, descritos no Plano de Engajamento da Partes, serão pontos
467 abordados no processo de consultas às partes interessadas.

468

469 **7. RECURSOS E RESPONSABILIDADES**

470 As atividades deste plano requerem: a) que essas diretrizes estejam integradas ao
471 planejamento das ações da equipe de coordenação do projeto; b) recursos para a
472 implementação dessas ações de engajamento que podem vir dos 4 componentes do
473 projeto, a depender da temática e da parte interessada envolvida; c) recursos
474 específicos para atividades de comunicação e disseminação de informações do projeto.

475 A maior parte dos recursos para a implementação do Plano deve vir do componente 4
476 do projeto (Capacitação, Cooperação e Coordenação) pois é o componente que cobre
477 as despesas para o funcionamento das estruturas de governança do projeto (reuniões
478 do COP e do CC; reuniões de planejamento e avaliação com UOs; missões de supervisão
479 do Banco Mundial; etc.). Entretanto, as ações específicas de engajamento das partes
480 interessadas no campo (como as reuniões para os acordos de pesca, o envolvimento dos
481 produtores rurais, os planejamentos participativos com as comunidades tradicionais,
482 etc.) serão custeadas sobretudo com recursos dos componentes 1 e 2, a depender do
483 enfoque da atividade.

484 A gestão, coordenação e implementação deste Plano serão de responsabilidade da
485 equipe de coordenação do projeto, com destaque para a Agência Executora que deverá
486 atuar para a operacionalização do plano. Deverá ser indicada uma pessoa da equipe da
487 agência executora responsável por acompanhar e monitorar a implementação das ações
488 do plano e garantir sua efetividade.

489 **8. PROCEDIMENTOS PARA O RECEBIMENTO E REGISTRO DE, E RESPOSTA A, QUEIXAS 490 E SUGESTÕES**

491 O estabelecimento de procedimentos operacionais para o recebimento e registro de, e
492 resposta a, queixas e sugestões em torno da implementação do projeto constitui uma
493 ferramenta importante para aperfeiçoar a gestão de riscos do projeto, melhorar sua
494 eficiência operacional e alcançar melhores resultados. O recebimento e registro de, e
495 resposta a, inquéritos, sugestões, preocupações e reclamações dos atores sociais
496 afetados pelo projeto, de forma eficiente, bem como a identificação e tratamento do
497 não cumprimento pelo executor do projeto das políticas de salvaguarda
498 socioambientais, permite o monitoramento de riscos reais e potenciais e garante o
499 devido cumprimento do Marco de Gestão Socioambiental do projeto.

500 Durante a fase 1 do projeto os canais para registro de, e resposta a, queixas e sugestões
501 foram os canais institucionais ligados às agências executoras do projeto e ao MMA. As
502 informações sobre o projeto ficaram disponíveis nas páginas de internet de cada uma
503 das instituições:

- 504 • FUNBIO :

- 505 ○ Página do projeto -
506 [https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/paisagens-sustentaveis-da-](https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/paisagens-sustentaveis-da-amazonia/)
507 [amazonia/](https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/paisagens-sustentaveis-da-amazonia/)
508 ○ Página do ARPA (componente 1 do projeto) - <http://arpa.mma.gov.br/>
509 • CI – Brasil:
510 ○ Página do projeto - [https://www.conservation.org/brasil/iniciativas-](https://www.conservation.org/brasil/iniciativas-atuais/paisagens-sustentaveis-da-amazonia)
511 [atuais/paisagens-sustentaveis-da-amazonia](https://www.conservation.org/brasil/iniciativas-atuais/paisagens-sustentaveis-da-amazonia)
512 • MMA:
513 ○ Página do projeto - [https://mma.gov.br/biodiversidade/projetos-sobre-a-](https://mma.gov.br/biodiversidade/projetos-sobre-a-biodiversidade/projeto-gef-paisagens-sustentaveis.html)
514 [biodiversidade/projeto-gef-paisagens-sustentaveis.html](https://mma.gov.br/biodiversidade/projetos-sobre-a-biodiversidade/projeto-gef-paisagens-sustentaveis.html)

515 Em todas as páginas se encontram informações de contato (endereço, telefone, e-mail)
516 para qualquer comunicação com essas entidades.

517 No caso do MMA, por ser um órgão público, também são disponibilizados outros dois
518 caminhos para o registro de queixas: a ouvidoria do órgão, e o Serviço de Informação ao
519 Cidadão (e-sic). A Ouvidoria é um mecanismo que visa garantir a conformidade das
520 ações do órgão com a Lei Federal nº. 13.460, de 26 de junho de 2017, que instituiu o
521 Código de Defesa dos Usuários do Serviço Público. Já o e-sic está regido pela Lei de
522 Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011). Qualquer queixa ou solicitação que
523 venha a ser efetuada por meio desses canais é direcionada internamente para o
524 departamento responsável pelo atendimento da demanda. Dessa forma, na ocorrência
525 de alguma queixa ou solicitação de informação sobre o projeto GEF Paisagens
526 Sustentáveis da Amazônia, os departamentos de Áreas Protegidas (DAP) e de
527 Conservação de Ecossistemas (DECO) seriam notificados.

528 Durante o período de execução da fase 1 do projeto foram registradas poucas queixas
529 ou questionamentos específicos relacionados ao projeto nesses meios formais.
530 Provavelmente isto se deve ao estado inicial de implementação dos componentes 2, 3
531 e 4 do projeto. Na fase inicial do projeto alguns questionamentos vieram por meios
532 formais e foram respondidos pela equipe de coordenação do MMA. Alguns exemplos
533 foram: um requerimento de Informação nº 1.282/2016, apresentado pela senadora
534 Vanessa Grazziotin solicitando informações do projeto; um questionamento da mídia
535 sobre a relação entre o projeto ASL Brasil e a proposta de Corredor Andes-Amazônia-
536 Atlântico. Esses são exemplos de solicitações de informação que chegaram para a
537 equipe de coordenação responder.

538 Além disso, foi possível identificar a existência de queixas e sugestões que surgiram ao
539 longo do processo de implementação das ações durante as reuniões e processos
540 participativos de planejamento e execução. Nesses casos, a maioria delas foi tratada
541 diretamente com os gestores das unidades de conservação e/ou com os pontos focais
542 das Unidades Operativas (Secretarias de Meio Ambiente dos estados do Amazonas,
543 Acre, Pará e Rondônia, SFB e ICMBio) que atenderam as demandas com base nos
544 documentos que regem o projeto.

545 Uma lacuna identificada foi a falta de registro dessas queixas e respostas pela equipe de
546 gestão do projeto, uma vez que elas ocorreram, sobretudo, fora do sistema formal do
547 registro de queixas identificados anteriormente. Essa é uma lição aprendida que deve
548 refletir no aprimoramento dos mecanismos de monitoramento dessas queixas e
549 respostas.

550 Sendo assim, o projeto irá criar um canal único, e de fácil acesso, que será definido em
551 função das ferramentas de tecnologia da informação disponíveis, com preferência para
552 formulário disponibilizado em site do projeto e recebido via e-mail e/ou outro
553 mecanismo de comunicação, por exemplo via aplicativo WhatsApp (amplamente
554 utilizado no país). Complementarmente, o projeto poderá criar perfis em redes sociais,
555 onde a interação com interessados no projeto poderá ser realizada e monitorada.

556 O projeto definirá um profissional da agência executora como responsável por
557 monitorar o recebimento e registro de, e resposta a, queixas e sugestões em torno da
558 implementação do projeto e da aplicação das salvaguardas, a partir das informações
559 recebidas das unidades operativas. Este profissional será responsável por gerar
560 informações que serão inseridas nos relatórios periódicos (relatórios semestrais de
561 progresso) com todas as interações realizadas, tanto pelo formulário, quanto pelas
562 redes sociais, gerando como referência o percentual de queixas e sugestões recebidas e
563 respondidas. O relatório será parte integrante da avaliação do cumprimento das
564 salvaguardas do Banco Mundial.

565 A finalidade desses procedimentos é conscientizar o público sobre o projeto e seus
566 objetivos, diminuir riscos, fornecer e receber sugestões, práticas e *feedback* aos
567 envolvidos no projeto, desestimular e/ou detectar fraude e corrupção, e assegurar o
568 devido cumprimento do Marco de Gestão Socioambiental. Essa finalidade deve ser
569 alcançada por meio: (1) da implementação de um sistema que assegure o registro de
570 queixas e sugestões e gere ações corretivas em resposta, com a devida
571 responsabilização; (2) da acessibilidade e resposta aos beneficiários; (3) da análise da
572 efetividade dos processos organizacionais internos e observância das salvaguardas
573 socioambientais; e (4) do envolvimento dos atores sociais no projeto.

574 A agência executora do projeto será responsável pela recepção e registro de, e resposta
575 a, queixas e sugestões. Todavia, existem outras instâncias, listadas a seguir, de
576 encaminhamento de queixas e sugestões para facilitar seu acolhimento. Essas distintas
577 instâncias de recepção e encaminhamento do SQRC responderão às queixas no lapso de
578 sete dias úteis, confirmando assim sua recepção, e darão prosseguimento ao caso para
579 sua resolução, segundo seu grau de complexidade.

580

581 (i) Gestor da Unidade de Conservação: O gestor é a pessoa com contato mais direto
582 com as comunidades da UC e do seu entorno. Além de receber a informação e
583 comunica-la com o SQCR, ele (a) pode tomar providências imediatas para
584 amenizar ou melhorar a situação.

585 (ii) Conselhos Gestores: Os Conselhos Deliberativos e Consultivos das UCs
586 representam uma instância privilegiada dentro do marco do SNUC para tratar de
587 questões e problemas relativos à operação quotidiana da Unidade de
588 Conservação. Os Conselhos são conformados com representantes das distintas
589 comunidades locais, que têm a função de apresentar e representar os interesses
590 de seus respectivos grupos sociais.

591 Para tratar de questões não diretamente relacionadas ao escopo das Unidades de
592 Conservação, serão designados pontos focais nas outras entidades implementadoras do
593 projeto como os Órgãos Estaduais do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro e o

594 IBAMA. Nesses casos, a primeira instância de recebimento de queixas serão os órgãos
595 responsáveis em cada caso.

596 Caso o tratamento não resulte satisfatório em nenhuma dessas instâncias para o
597 pleiteante, o assunto pode ser levado a uma instância superior de apelação que
598 corresponde ao Ministério do Meio Ambiente e seus serviços de *Ouvidoria* para
599 qualquer problema ambiental que suceda no país. Suas distintas formas de contato
600 estão listadas a seguir:

601

| | |
|--|--|
| Ministério do Meio Ambiente (MMA) | |
| Endereço: | Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 8º andar, sala 800 70068-900 - Brasília – DF |
| Telefones: | 2028-2192 |
| Fax: | 2028-2145 |
| Endereço eletrônico: | https://mma.gov.br/ouvidoria.html https://www.mma.gov.br/servi%C3%A7o-de-informa%C3%A7%C3%A3o-ao-cidad%C3%A3o-sic.html |

602

603 Diretrizes do Sistema de Queixas, Controle e Responsabilidade:

- 604 • Os procedimentos operacionais de queixas, controle e responsabilidade seguem
605 os princípios da veracidade. Isso significa que queixas são tratadas com
606 transparência, mas de forma confidencial quando necessário, e analisadas com
607 imparcialidade.
- 608 • Os procedimentos operacionais operam independentemente dos atores sociais
609 envolvidos, permitindo, assim, tratamento imparcial, objetivo e autônomo.
- 610 • Os procedimentos operacionais utilizam mecanismos claros e compreensíveis
611 para todos os atores sociais envolvidos, disponível a um custo zero, baseado em
612 procedimentos fáceis de serem entendidos. Além disso, os mecanismos devem
613 ser acessíveis a todas as partes envolvidas com simplicidade e agilidade,
614 independente do lugar onde as pessoas residem, ou do nível educacional e
615 financeiro.
- 616 • Todas as queixas, sugestões e respostas serão formalmente registradas pelas
617 instituições receptoras e um resumo das atividades do mecanismo de resposta
618 deve constar nos respectivos relatórios de progresso do projeto.
- 619 • A fim de garantir a devida resposta e eficiência às reclamações e sugestões para
620 soluções construtivas e decisivas, os procedimentos exigem treinamento e
621 oportunidades de aprendizado contínuo, bem como revisão sistemática e
622 *feedback* sobre o desempenho do executor do projeto.

- 623 • Para garantir inclusão social e participação, os procedimentos devem ser
624 acessíveis ao máximo de pessoas afetadas pelo projeto. O objetivo disso é trazer
625 reclamações, sugestões e comentários ao conhecimento do executor do projeto.
- 626 • Os procedimentos operacionais contarão com o apoio de pessoal qualificado e
627 com os recursos financeiros necessários para sua implementação. O objetivo é
628 garantir os meios e poderes para investigar queixas e para lidar com casos que
629 infrinjam as Políticas de Salvaguarda Socioambientais.
- 630 • Sugestões sobre melhores mecanismos de comunicação, recebimento e
631 resposta de sugestões e queixas, descritos no Plano de Engajamento da Partes,
632 serão pontos abordados no processo de consultas às partes interessadas.
633

634 **9. MONITORAMENTO E RELATORIA**

635

636 O monitoramento deste Plano será feito pela equipe de coordenação do projeto, com
637 protagonismo da Agência Executora. As informações levantadas serão reportadas nos
638 relatórios semestrais de progresso junto às demais informações relacionadas às políticas
639 de salvaguardas do projeto, por meio de uma tabela a ser anexada a estes relatórios.

640 O projeto pretende monitorar, durante sua execução, a realização de ações que
641 promovam o engajamento das partes interessadas (capacitações, oficinas, seminários,
642 reuniões, etc.). Além disso, existe um indicador do projeto que pode ser também
643 representativo deste esforço (Número de pessoas locais que participam de atividades
644 do projeto, desagregadas por homens e mulheres).

645 Além do indicador citado acima, o projeto será monitorado por meio dos seguintes
646 indicadores:

- 647 • Unidades de Conservação criadas com apoio do projeto (ha, milhões);
- 648 • Unidades de Conservação existentes apoiadas pelo projeto com (i) baixa, (ii)
649 moderada e (iii) alta eficácia de gerenciamento conforme critérios definidos (Ha,
650 milhões);
- 651 • Área em restauração ou reflorestamento apoiada pelo projeto (desagregada por
652 (i) regeneração natural assistida e (ii) restauração ativa) de acordo com critérios
653 definidos (Ha, milhares);
- 654 • Área florestal em planos de manejo sustentável (concessão florestal) - (Ha,
655 milhões);
- 656 • Unidades de Conservação apoiadas pelo Fundo de Transição do programa Áreas
657 Protegidas da Amazônia - ARPA sob melhor gerenciamento (Número);
- 658 • Capitalização do fundo fiduciário de Áreas Protegidas (Fundo de Transição
659 ARPA) (US \$, milhões);
- 660 • Área protegidas existentes não apoiadas pelo Fundo de Transição programa
661 Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA sob gerenciamento aprimorado, apoiadas
662 pelo projeto. (Ha, milhões);

- 663
- 664
- 665
- 666
- 667
- 668
- 669
- 670
- 671
- 672
- 673
- 674
- 675
- 676
- 677
- 678
- 679
- 680
- 681
- 682
- 683
- 684
- 685
- 686
- 687
- 688
- 689
- 690
- 691
- 692
- Área das propriedades rurais que adotam práticas sustentáveis de gestão da terra apoiadas pelo projeto (Ha, milhares);
 - Áreas protegidas de uso sustentável sob práticas sustentáveis de gestão da terra apoiadas pelo projeto (Ha, milhões);
 - Área sob melhor gestão integrada da paisagem (excluindo áreas protegidas) - (Ha, milhões);
 - Área sob práticas sustentáveis de gestão da terra (Ha, milhares);
 - Propriedades rurais que adotam ferramentas de planejamento do uso do solo para a gestão sustentável (Número, milhares);
 - Mecanismos de incentivo para reduzir o desmatamento e aumentar a recuperação (Número);

Versão Preliminar para Consulta Pública

693

694

ANEXO I

695

Lista preliminar de partes interessadas relacionadas ao projeto

696

Instituições de extrativistas, indígenas e de povos tradicionais; cooperativas e associações;

697

organizações da sociedade civil; organizações governamentais.

| NOME DA INSTITUIÇÃO | ESTADO | PESSOA DE CONTATO | E-MAIL |
|--|---------------|---------------------------------|--|
| Associação dos Produtores E Produtoras Rurais da Resex Arapixi (APREA) | AMAZONAS | Felipe André Gonçalves de Sousa | felipe.as-69@hotmail.com |
| Associação dos Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande - AMALCG | AMAZONAS | Manoel de Oliveira Rêgo | contato do Gestor da UC: Vitor – victorpaoleschi@gmail.com |
| Associação de Produtores/as Agroextrativistas da Flona de Tefé e Entorno-APAPE | AMAZONAS | Francisco Falcão | darciofalcao@gmail.com |
| COOMFLONA | PARÁ | Arimar Feitosa | arimarcouro@yahoo.com.br |
| APRAMAD | AMAZONAS | Andréia Mar Cabral | andreiamarcabral@gmail.com |
| TAPAJOARA | PARÁ | Dinael Arapiun | dinaelarapiuns@gmail.com |
| ORGANIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS APURINÃ E JAMAMADI DE BOCA DO ACRE – AM – OPIAJBAM | AMAZONAS | Francisco Umanary Pupykary | opiajbamadebocadoacre@gmail.com |
| Federação das Organizações dos Caciques e Comunidades Indígena Tribo Ticuna (FOCCIT) | AMAZONAS | Francisco Antônio Guedes | professorfrancisco987@gmail.com |
| FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES | AMAZONAS | Marivelton | marivelton@foirn.org.br |

| | | | |
|---|----------|-----------------------------------|--|
| INDÍGENAS DO RIO NEGRO – FOIRN | | | |
| COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA - COIAB | NACIONAL | Nara Baré | naramartins@gmail.com , mariowapichana@hotmail.com |
| FEDERAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO PARÁ – FEPIPA | PARÁ | Paulino Payakan | secretaria@coiab.org.br |
| INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA | | Adriana Ramos | adriana@socioambiental.org |
| ASSOCIAÇÃO DA UNIÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO LIVRAMENTO DOS RIOS TARUMÃ-MIRIM E TARUMÃ-AÇU (UPILTTA) AM | AMAZONAS | Alcineia Lima Pinheiro | alcineialima36@gmail.com |
| Ação Ecológica Guaporé - Ecopore. | RONDÔNIA | Paulo Henrique Bonavigo | pbonavigo@gmail.com , ecopore@ecopore.org.br |
| PACTO DAS ÁGUAS | RONDÔNIA | Sávio Gomes | saviogomes@pactodasaguas.org.br |
| Centro de Estudos e da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia - Rioterra. | RONDÔNIA | Telva Barbosa Gomes Maltezo | telva@rioterra.org.br |
| Associação de defesa etnoambiental KANINDÉ | RONDÔNIA | Ivaneide (Neidinha Suruí) | ivaneide@kaninde.org.br |
| Federação do povo hunikuĩ do Acre - FEPHAC | ACRE | NINAWA INU PEREIRA NUNES HUNI KUI | ni-nawa@hotmail.com |
| Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS | AMAZONAS | Dione Torquato | dione.torquato23@gmail.com |
| Fundação Amazonas Sustentável - FAS | AMAZONAS | Vírgilio Viana | fas@fas-amazonas.org |

| | | | |
|--|---|-----------------------------------|---|
| Fundação Vitória Amazônica - FVA | AMAZONAS | Fabiano Lopez da Silva | fabiano@fva.org.br |
| Comissão Pró-Índio do Acre - CPI ACRE | ACRE | Gleyson de Araújo Teixeira | gleyson@cpiacre.org.br |
| Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus - FOCIMP | AMAZONAS | Valdimiro Farias da Silva Apurina | focimp@yahoo.com.br , focimp@gmail.com |
| Associação das comunidades indígenas Kaixana-Aica | AMAZONAS | Jorge Penaforth | Jorget.penaforth@gmail.com |
| Operação Amazônia Nativa-OPAN | AMAZONAS | Gustavo F. Viviane Silveira | gustavo@amazonianativa.org.br |
| Organização dos kambebas do Alto Simõesa- OKAS | AMAZONAS | Eronilde de Souza Fermin | eroca_fermin@hotmail.com |
| Roger Recco | Coordenador Técnico da SEMA | SEMA-AC | roger.recco@ac.gov.br |
| Adriano Alex Santos e Rosário | Chefe da Divisão de Áreas Naturais Protegidas e Biodiversidade - DAPBIO | SEMA-AC | adrianoalex@yahoo.com.br |
| André S. Pellicciotti | Técnico do Escritório de Gestão do CAR e PRA-AC | SEMA-AC | andrepellicciotti@gmail.com |
| Maria Eliene Gomes da Cruz | Ponto focal ASL no Amazonas | SEMA-AM | eliencruz@hotmail.com |
| Francisco Itamar Gonçalves Melgueiro | Ponto focal ASL no Amazonas | SEMA-AM | fgfranciscob@gmail.com |
| Cleyton Neder Matos da Silva | Ponto focal ASL no Pará | SEMA -PA | cleiton40silva@gmail.com |
| Luiz Ednelson Cardoso | Ponto focal ASL no Pará | SEMA -PA | ednelsoncard@yahoo.com.br |
| Maximira de Araújo Costa | Ponto focal ASL no Pará | SEMA -PA | maximiracs@yahoo.com.br |

| | | | |
|-------------------------------|--|------------------------------|--|
| Dilson Nazareno Fachavo Costa | Ponto focal ASL no Pará | SEMA -PA | lopezdilson2@gmail.com |
| Luísa Resende Rocha | Analista Ambiental | Serviço Florestal Brasileiro | luisa.rocha@florestal.gov.br |
| Tiago Eli de Lima Passos | Ponto Focal ICMBIO | ICMBio | tiago.passos@icmbio.gov.br |
| José Humberto | Ponto Focal SFB | Serviço Florestal Brasileiro | jose.chaves@florestal.gov.br |
| Denison Trindade Silva | Ponto focal ASL em Rondônia | SEDAM - RO | denison_5@hotmail.com |
| Geovani Marx Rosa | Ponto focal ASL em Rondônia | SEDAM - RO | geovani.sedam@gmail.com |
| Edgar Menezes | Secretário Adjunto | SEDAM - RO | setorflorestaplantada@gmail.com |
| Elenice Duran Silva | Coordenadora de Monitoramento e Controle do Grupo Coordenação PDSEAI | SEDAM - RO | elenice.duran@gmail.com |
| Karla Moraes | Assessora Técnica | SEDAM - RO | karlaksmoraes@gmail.com |
| IPAM | Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia | Amazônia | comunicacao@ipam.org.br |
| IDESAM | Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia | Amazônia | CONTATO@IDESAM.ORG.BR |
| Aliança restauração | Uma iniciativa para ampliar a restauração florestal na Amazônia | Amazônia | info@conservation.org |
| FUNAI | Fundação Nacional do Índio | Amazônia | comunicacao@funai.gov.br |

700 **Documento de composição do Conselho Gestor de UC**701 1. Portaria de reconhecimento e definição do Conselho Consultivo do Mosaico de
702 Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro

703

704 **PORTARIA Nº 483, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010**

705

706 A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições legais, e
707 tendo em vista o disposto na Lei nº 8.985, de 18 de julho de 2000, e nos arts. 8º ao 11 e
708 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, resolve:

709

710 Art. 1º Reconhecer o Mosaico do Baixo Rio Negro, abrangendo as seguintes unidades de
711 conservação e respectivas zonas de amortecimento, localizadas no Estado do Amazonas:

712 I - sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio:

713 a) Parque Nacional de Anavilhanas;

714 b) Parque Nacional do Jaú;

715 c) Reserva Extrativista do Rio Unini.

716 II - sob a gestão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento e
717 Sustentável do Estado do Amazonas:

718 a) Parque Estadual do Rio Negro - Setor Sul;

719 b) Parque Estadual do Rio Negro - Setor Norte;

720 c) Área de Proteção Ambiental da Margem Direita do Rio Negro setor Puduari-Solimões;

721 d) Área de Proteção Ambiental da Margem Esquerda do Rio Negro setor Aturiá-
722 Apuauzinho;723 e) Área de Proteção Ambiental da Margem Esquerda do Rio Negro setor Tarumã-açu-
724 Tarumã-mirim;

725 f) Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro;

726 g) Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Amanã;

727 III - sob a gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Manaus -
728 SEMMA:

729 a) Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé.

730

731 Art. 2º O Mosaico do Baixo Rio Negro contará com um Conselho Consultivo, que atuará
732 como instância de gestão integrada das unidades de conservação elencadas no art. 1º dessa
733 Portaria.

734

735 Art. 3º O Conselho Consultivo terá a seguinte composição:

736 I - 1 (um) representante das Unidades de Conservação Federais de Proteção Integral;

737 II - 1 (um) representante da Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável;

738 III - 2 (dois) representantes das Unidades de Conservação Estaduais;

739 IV - 1 (um) representante da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé;

740 V - 1 (um) representante de um dos Municípios onde estão localizadas as Unidades de
741 Conservação;

742 VI - 1 (um) representante dos povos indígenas da região;

743 VII - 1 (um) representante do Conselho da Reserva da Biosfera da Amazônia Central;

744 VIII - 4 (quatro) representantes de organizações de base atuantes na região de influência
745 do mosaico;746 IX - 1 (um) representante de organização não-governamental ambientalista, atuante na
747 região de influência do mosaico;

748 X - 1 (um) representante do setor empresarial, atuante na região de influência do mosaico.
749 §1º O mandato de conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não
750 remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

751 §2º O Conselho poderá convidar representantes de outros órgãos governamentais, não-
752 governamentais e pessoas de notório saber para contribuir na execução dos seus trabalhos.

753

754 Art. 4º O Conselho de Mosaico será presidido por um dos chefes das Unidades de
755 Conservação elencadas no art. 1º desta Portaria, escolhido pela maioria simples dos seus
756 membros.

757

758 Art. 5º Ao Conselho Consultivo compete:

759 I - elaborar seu regimento interno, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da sua
760 instituição;

761 II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar:

762 a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista,
763 especialmente:

764 1. o uso na fronteira entre as unidades;

765 2. o acesso às unidades;

766 3. a fiscalização;

767 4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo;

768 5. a pesquisa científica; e

769 6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental
770 de empreendimentos com significativo impacto ambiental;

771 b) a relação com a população residente na área do mosaico;

772 III - manifestar-se sobre propostas de solução para a sobreposição de unidades; e

773 IV - manifestar-se, quando provocado por órgão executor, por conselho de unidade de
774 conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, sobre
775 assunto de interesse para a gestão do mosaico.

776

777 Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

778

779 IZABELLA TEIXEIRA

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

PORTARIA Nº 101, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 inciso V, Anexo I, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 5.718, de 13 março de 2006, e art. 95, item VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM/MMA nº 230, de 14 de maio de 2002;

Considerando o art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, bem como os arts. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamentou; e,

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ecossistemas - DIREC, no Processo Ibama nº 02001.007690/2002-13, resolve:

Art. 1º Criar o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Anavilhanas, com a finalidade de contribuir a com a implantação e implementação de ações destinadas à consecução dos objetivos de criação da referida Unidade de Conservação.

Art. 2º O Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Anavilhanas será integrado pelos representantes dos seguintes órgãos, entidades e organizações não governamentais:

I - um representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

II - dois representantes do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM, sendo um titular e um suplente;

III - dois representantes da Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR, sendo um titular e um suplente;

IV - dois representantes da Secretaria Municipal de Educação de Novo Airão, sendo um titular e um suplente;

V - dois representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Meio Ambiente e Turismo de Novo Airão, sendo um titular e um suplente;

VI - dois representantes da Prefeitura Municipal de Iranduba, sendo um titular e um suplente;

VII - dois representantes do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, sendo um titular e suplente;

VIII - dois representantes do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA, sendo um titular e um suplente;

IX - dois representantes da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, sendo um titular e um suplente;

X - dois representantes da Universidade Estadual do Amazonas - UEA, sendo um titular e um suplente;

XI - dois representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, sendo um titular e um suplente;

XII - dois representantes do Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ, sendo um titular e um suplente;

XIII - dois representantes da Fundação Vitória Amazônica - FVA, sendo um titular e um suplente;

XIV - dois representantes da Fundação Almerinda Malaquias - FAM, sendo um titular e um suplente;

XV - dois representantes da Associação das Comunidades Waimiri-Atroari-ACWA, sendo um titular e um suplente;

XVI - dois representantes da Associação dos Operadores de Barcos de Turismo do Amazonas - AOBT, sendo um titular e um suplente;

XVII - dois representantes da Associação dos Pescadores de Novo Airão - APNA, sendo um titular e um suplente;

XVIII - dois representantes de comunidades localizadas no Parque Estadual do Rio Negro Setor Norte, sendo um titular e um suplente;

XIX - dois representantes de comunidades localizadas no Parque Estadual do Rio Negro Setor Sul, sendo um titular e um suplente;

XX - quatro representantes de comunidades localizadas na Área de Proteção Ambiental - APA do Rio Negro / margem direita, sendo dois titulares: um da Comunidade Bom Jesus do Puduari e outro da Comunidade Nossa Senhora Perpétuo Socorro e dois suplentes: um da Comunidade do Sobrado e outro da Comunidade Saracá;

XXI - quatro representantes de comunidades localizadas na Área de Proteção Ambiental - APA do Rio Negro / margem esquerda, sendo dois titulares: um da Comunidade do Apuaú e outro da comunidade Pagodão e dois suplentes: um da Comunidade Nova Jerusalém e outro da Comunidade São Sebastião;

XXII - dois representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Manaus - SEMMA, sendo um titular e um suplente;

Parágrafo único. O Chefe da Estação Ecológica de Anavilhanas representará o Ibama no Conselho Consultivo e o presidirá.

Art.3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Anavilhanas serão fixados em Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo deverá elaborar seu Regimento Interno no prazo de até noventa dias, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS